

## Código de Defesa do Contribuinte endurece tratamento a devedor contumaz

Lei Complementar nº 225, porém, também vetou alguns benefícios para os "bons contribuintes"

Por **Beatriz Olivon**, Valor — Brasília

09/01/2026 10h34 · Atualizado há 2 horas

Presentear matéria

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O **Código de Defesa de Contribuinte**, que traz previsões para um tratamento mais rigoroso do **devedor contumaz**, foi **sancionado**. A surpresa foram **cinco vetos** que retiram atrativos e **benefícios** para os considerados "bons contribuintes", como a flexibilização de garantias e o uso de prejuízo fiscal, segundo advogados ouvidos pelo **Valor**.

O devedor contumaz é o contribuinte que tem comportamento fiscal caracterizado por **inadimplência "substancial, reiterada e injustificada" de tributos**, segundo a **Lei Complementar nº 225**, publicada hoje no Diário Oficial. Ele será notificado previamente sobre a possibilidade de ser considerado devedor contumaz.

A inadimplência substancial na esfera federal, segundo o texto, é a existência de créditos tributários em situação irregular, inscritos em dívida ativa ou constituídos e não adimplidos, em âmbito administrativo ou judicial, de valor igual ou superior a R\$ 15 milhões

e equivalente a mais de 100% do seu patrimônio conhecido. A reiterada é a manutenção de créditos tributários em situação irregular em, pelo menos, quatro períodos de anuidade consecutivos, ou em seis períodos alternados, em 12 meses.

Menu



Valor

ECONÔMICO

Legislação



Cidadania

## Entenda o caso do Banco Master e a intrincada relação de Vercaro com o poder

### Banco Master: Defesa nega a Toffoli que Vercaro esteja por trás de ataques ao BC nas redes sociais

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A norma traz uma série de medidas que poderá ser aplicada ao devedor contumaz, como o impedimento de aproveitar benefícios fiscais, participação em licitações, formalização de vínculos com a administração pública e pedido de recuperação judicial.

Também será considerado devedor contumaz quem for parte relacionada de empresa baixada ou declarada inapta nos últimos cinco anos com créditos tributários em situação irregular cujo montante totalize valor igual ou superior a R\$ 15 milhões, ou que mantém a qualificação de devedora contumaz.

Mas a norma traz também algumas alegações que podem ser aceitas como **motivos para afastar a configuração de contumácia**, por exemplo, circunstâncias externas que envolvam estado de calamidade reconhecido pelo poder público.

O tributarista Breno de Paula, sócio do Arquilau de Paula Advogados Associados, destaca que a Lei Complementar nº 225 fortalece o **ambiente de negócios** ao proteger o contribuinte de boa-fé, ao mesmo tempo em que endurece o tratamento ao devedor contumaz. Mas ele pondera que o sucesso da norma vai depender “da qualidade da sua implementação”, especialmente quanto ao respeito às garantias constitucionais e à racionalidade econômica do sistema tributário.


“O grande desafio será a aplicação prática de penalidades ao devedor contumaz, que deverá observar rigorosamente o contraditório, a ampla defesa e a proporcionalidade, sob pena de a norma resvalar em sanções políticas vedadas pela jurisprudência consolidada do STF”, diz.

## Vetos

Além de disciplinar a qualificação de contribuintes como devedores contumazes, a nova legislação traz a base legal para a criação de **três programas de conformidade no âmbito federal**: o Confia, o Sintonia e o Operador Econômico Autorizado (OEA).

Os programas são reflexo de um esforço que vem sendo construído há alguns anos para a mudança de paradigma na relação entre Fisco e contribuintes, a fim de que seja mais cooperativa e transparente, segundo a advogada Maria Raphaela Matthiesen, do Mannrich e Vasconcelos Advogados. Ela destaca, contudo, que parte desses incentivos foi vetado.

Foram vetados dispositivos que previam, nesses programas, redução de até 70% de multas e juros, utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para a quitação de débitos e parcelamento

Menu 

**Valor**  
ECONÔMICO

| **Legislação**

 Cidadania

A autorização de a Receita Federal definir, por ato normativo, benefícios do Programa Sintonia com base na classificação dos contribuintes também foi vetada.

Outro veto atingiu a flexibilização de regras para aceitação ou substituição de garantias, inclusive a substituição de depósito judicial por seguro-garantia ou outras garantias baseadas na capacidade econômica do contribuinte. A explicação é que se essa possibilidade fosse mantida na lei haveria risco ao **interesse público** decorrente da ausência de delimitação legal precisa.

Para Sandro Machado dos Reis, sócio do Bichara Advogados, esse veto é inadequado. “O bom contribuinte precisa e deve ter uma regra de oferecimento ou substituição de garantias menos rigorosa”, afirma. Segundo o advogado, a dificuldade quanto ao oferecimento de garantias pode **inviabilizar o exercício do direito de defesa**.

Para Reis, com os vetos, o Código de Defesa do Contribuinte entra em vigor preservando a estrutura geral de direitos, deveres, programas de conformidade e combate ao devedor contumaz, mas “infelizmente, sem a incorporação de regras importantes aos contribuintes”.



Sandro Machado dos Reis — Foto: Leo Pinheiro/Valor

[Próxima >](#)

#### Conheça o Valor One

Acompanhe os mercados com nossas ferramentas [ACESSAR GRATUITAMENTE >](#)

Kit de alarme com câmera Wi-Fi: preço inacreditável por tempo limitado!

Verisure | Patrocinado

As câmeras do Walmart captaram estas 20 fotos hilariantes

Vitaminews | Patrocinado

Facilidades

O seu portal de acesso 24/7 ficou ainda mais fácil de acessar.

Ctht | Patrocinado

[Clique aqui](#)

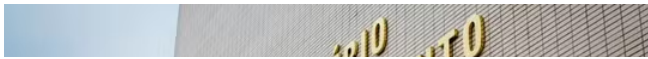
## Mais do Valor **Econômico**



### Ouro ultrapassa US\$ 4,5 mil com risco geopolítico e após 'payroll'

Ativo se aproxima do recorde de fechamento impulsionado pelo aumento do risco geopolítico diante das manifestações no Irã e da situação na Venezuela

09/01/2026, 15:53 — Em Finanças



comerciais  
09/01/2026, 15:40 — Em Brasil



**Em recuperação judicial, Unigel fecha fábrica em Cubatão e até 200 trabalhadores serão afetados**  
Em nota, empresa atribuiu a decisão ao ciclo de baixa “sem precedentes” enfrentado pela indústria globalmente  
09/01/2026, 15:36 — Em Empresas



**Dez itens responderam por mais da metade da alta do IPCA em 2025**  
Juntos, os dez itens tiveram impacto de 2,33 ponto percentual, ou 54,69% da alta do indicador  
09/01/2026, 15:28 — Em Brasil



**Banco Master: "Imagino que processo será rápido e vamos ver que BC teve razão em liquidar", diz presidente do TCU**  
Presidente repetiu que o TCU não determinará a "reversão" da liquidação, mas que cabe ao órgão entender "quais foram os atos motivacionais" para o procedimento, e disse que vai se encontrar com presidente do BC  
09/01/2026, 15:27 — Em Finanças



09/01/2026, 15:16 — Em Brasil



Em telefonema, Lula e o premiê da Espanha comemoram aprovação de acordo Mercosul-UE

O presidente da República agradeceu Pedro Sánchez pelo seu "empenho" pessoal na assinatura do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia

09/01/2026, 15:09 — Em Brasil



Exclusivo: FGC deve começar a pagar investidores com CDBs do Master na semana que vem, dizem fontes

Pelas contas iniciais do próprio Fundo, os pagamentos devem somar R\$ 41 bilhões, e atender 1,6 milhão de investidores

09/01/2026, 15:06 — Em Finanças

VEJA MAIS

SIGA



EDIÇÕES | GLOBO CONDÉ NAST





Valor PRO

Valor RI

Valor International

Revistas e Anuários

Seminários

Valor 360

Pipeline

Valor Investe

Valor One

Valor Pro

CBN

Autoesporte

BHFM

Casa e Jardim

Casa Vogue

Crescer

Época Negócios

Galileu

Glamour

Globo Rural

GQ

Marie Claire

Monet

Quem

PEGN

Rádio Globo

TechTudo

Um Só Planeta

Vida de Bicho

Vogue

[QUEM SOMOS](#)

[FALE CONOSCO](#)

[TERMOS E CONDIÇÕES](#)

[TRABALHE CONOSCO](#)

[POLÍTICA DE PRIVACIDADE](#)

[PRINCÍPIOS EDITORIAIS](#)

[ANUNCIE](#)

[MINHA EDITORA](#)